

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

NOVA COMPARTICIPAÇÃO DAS RENDAS DAS BARRAGENS NO CONCELHO DE MONTALEGRE

- Novo protocolo entre a Câmara e a EDP -

A produção hidroelétrica é um fator de desenvolvimento económico, e indispensável para o país se libertar da dependência do petróleo. Ajuda a economia e as finanças públicas porque deixamos de pagar ao estrangeiro aquilo que consumimos.

De tal maneira isso é importante que o Governo anterior, e bem, lançou uma série de concursos para novas barragens para aproveitarmos melhor os nossos recursos, para aumentarmos a produção de energias renováveis, protegendo também o ambiente.

Estes novos concursos consagram a obrigação destes investimentos - **«contribuírem para o desenvolvimento sócio-económico da região onde se vão desenvolver»**. Nada mais justo. Isso permite medidas de compensação e contrapartidas traduzidas em investimentos e infraestruturas que atenuem os impactos negativos das barragens e que contribuam para o desenvolvimento da região. E, em praticamente todas as barragens, para além destas medidas, foi negociada uma renda para os municípios que, nalguns casos, é superior a 2,5% da produção.

Ora, se o Governo exige estas medidas dos concessionários das novas barragens, dando às regiões o direito de participarem na riqueza que se produz para o país, será de elementar justiça que o mesmo princípio se aplique no caso das barragens já construídas que, na sua maioria, funcionam há dezenas de anos, que já têm os investimentos amortizados e que já viram a sua concessão renovada com encaixes de volumosas receitas recentes para os cofres do Estado.

Os municípios com barragens, quase todos do interior, empobreceram desde a sua construção, entre outras, pelas seguintes razões:

Em muitos casos, os melhores vales agrícolas foram inundados e perdidos;

A produção agrícola e pecuária foi reduzida nessas regiões e deixou de se aproveitar muito recurso florestal e recursos naturais como, por exemplo, a exploração de granitos;

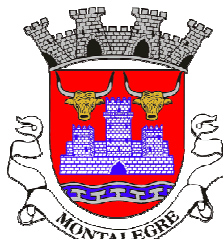
Os municípios deixaram de receber IML dos terrenos inundados;

Da mesma forma, deixaram de receber IMT porque os terrenos mortos, por inundados, deixaram de ser comercializados ou transmitidos;

As regiões sofreram perdas ambientais e alterações ao clima com o aparecimento frequente de nevoeiros, prejudicando também culturas tradicionais da zona envolvente;

Os lençóis de água criados, apesar do grande impacto inicial, fazem hoje parte da paisagem, nalguns casos mesmo da beleza até, mas, como se pode confirmar, são raros os aproveitamentos turísticos;

As populações viram-se privadas de acessibilidades existentes e, em muitos casos, ainda hoje se vive o trauma das aldeias submersas e da usurpação de baldios à boa maneira salazarista;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

Para além de tudo isto, muitas barragens estão agora a ter aproveitamentos para aumento de potência e para bombagem de noite para produzir mais energia nas horas de ponta, levando este processo à retenção da água, o que vai implicar, inevitavelmente, a alteração da sua qualidade;

Esta nova modalidade de aproveitamento vai causar bruscas descidas e subidas do nível das águas das albufeiras, provocando impacto visual e ambiental das zonas mortas e dificultando o aproveitamento para desportos ou para o turismo, também por razões de segurança;

Recentemente, a lei do regime da proteção das albufeiras e águas públicas cria impedimentos ao uso agrícola dos solos na área dos 100m do nível máximo e impõe grandes restrições ou impedimento mesmo a iniciativas urbanísticas nos 1000m , causando graves prejuízos aos proprietários e, com isso, á região;

Em Montalegre produz-se entre 100 e 150 milhões de euros de energia por ano com as barragens, mas o concelho continua pobre e está entre os que têm menor poder de compra, apesar de participar no PIB nacional com a percentagem da média da região. E não recebe impostos, nem têm emprego. Isto é, produz riqueza e não fica cá nada.

Se em vez da produção de energia tivéssemos outro tipo de indústria que faturasse esses valores, teríamos riqueza e emprego e seríamos um concelho desenvolvido.

Assim,

1. Os municípios com barragem sofreram grandes prejuízos desde a sua construção.

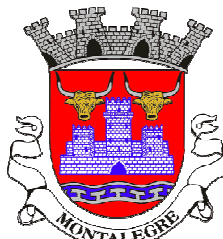
2. Os municípios com barragens já antigas estão a ser discriminados tendo em conta as contrapartidas, compensações e rendas acordadas com as novas barragens.

3. Não se entende também porque é que a lei que define uma renda de 2,5% para as eólicas não foi seguida para as barragens, tendo estas mais prejuízos, e impactos bem mais negativos, quer ambientais, quer económicos;

Foi com base nestes e noutros argumentos que a Câmara de Montalegre, há mais de 15 anos, lançou um trabalho junto do Governo e da opinião pública para se corrigir essa injustiça.

Esse trabalho teve altos e baixos.

Teve aliados e opositores. Teve concordâncias e discordâncias. Teve algumas promessas, sobretudo em maré eleitoral. Muitos desanimaram-me, mas muitos davam-me alento e força para continuar. Umas vezes sozinho, outras, mal acompanhado, lá fomos construindo o caminho.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

Como ouvi dizer, na última Assembleia Municipal, numa intervenção da Dr^a Ana Isabel Dias, que o Dr. João Soares secundou referindo, e bem, a sua qualidade e oportunidade, - “muita gente não acredita que uma Câmara pequena consiga impor-se à EDP e, portanto, não valia a pena, essa “luta”, até porque os centralistas de Lisboa a combatiam porque acham que o dinheiro para o interior é para desperdiçar.”

Mas nós sabíamos que a batalha era justa e que qualquer mudança só se faria com muito trabalho e com muita teimosia.

Não tínhamos nada a perder.

Mas fizemos muitas viagens em vão.

Roubamos muito tempo que fazia falta para outras coisas. Fizemos estudos e pagamos pareceres. Gastamos dinheiro.

Durante 15 anos aconteceu de tudo um pouco. Quase deixei de ser da terra das batatas para ser - “o das barragens”.

Colocava o discurso na política, na vida partidária, nos fóruns autárquicos. Foram vários os PM que prometeram, e foi mais que um os que me enganaram. Mas depois de uma derrota, levantava-me outra vez.

Não tenho dúvidas que foi a nossa insistência que fez pedagogia, que permitiu a muitos autarcas compreenderem melhor a injustiça que se estava a praticar sobre os seus concelhos e foi a nossa persistência que levou a EDP a ter de tratar o assunto com outro cuidado e a abrir a porta a uma solução, tornando-se mesmo, a partir de determinada altura, como nossos aliados.

E é nessa fase que compreendi que estávamos perto de ter um resultado. Então a ANMP assume completamente o processo, embora eu continuasse empenhado na direção da secção dos municípios com barragens.

A teia já estava montada. Já reuníamos 80 presidentes de Câmara, já havia muita gente a falar. E já todos acreditavam.

E chegamos ao dia 27 de Fevereiro de 2012. Na barragem do Picote em Miranda, assinou-se o compromisso. A EDP reconhece que o DL 424/83 que estabelece as rendas dos centros electroprodutores está ultrapassado.

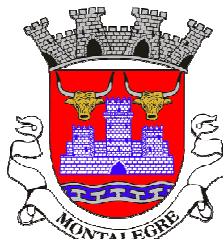
Um dia bom para Montalegre.

Um dia que fica na história pelo impacto que esta decisão implica para a sustentabilidade das finanças do município e para o desenvolvimento do concelho e o bem estar da sua gente.

É o precedente que se cria e o reconhecimento do princípio sagrado de que as regiões devem participar na riqueza que dão ao país.

Como em todos os acordos há sempre uma parte que quer mais, outra que quer menos. Mas é o acordo. Fica muito aquém do que era justo. Mas está feito. É tarde, mas vale mais tarde do que nunca.

E para os tempos que correm, em que os municípios veem todos os dias as suas receitas a cair, não está mal. - Temos uma a crescer. E bem. E com os aumentos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

potência que decorrem nas nossas barragens, e com o que se irá fazer em Paradela, irá crescer ainda mais.

As receitas próprias do município, com base no IML, IMT, Derrama, Imposto Automóvel, venda de água, tarifas, resíduos e saneamento vão agora ter mais uma parcela responsável por um aumento de 20 a 30%. E de forma duradoura. E mais, sem onerar os contribuintes. Recebíamos cerca de 70 mil euros e vamos cerca de 700 mil.

Somos o concelho que recebe o maior valor das 80 Câmaras com barragens. É pouco, mas temos um aumento de mais de 800%.

Os critérios de distribuição privilegiam a área inundada e a energia produzida.

Não são beneficiadas por este acordo aqueles municípios abrangidos por barragens novas e onde já se tinha criado um fundo que recebe entre 2 e 3% da produção de energia.

E este valor, que a EDP aceitou voluntariamente pagar, sai dos seus lucros e não afeta a fatura dos consumidores.

Para se conseguir dar legalidade a esta disponibilidade da EDP celebrou-se um protocolo que estabelece uma espécie de réplica do sistema de fundos que criou noutras barragens novas. Mas mais prático. Enquanto que nos outros manda o Ambiente, neste manda a EDP e as Câmaras, através da ANMP.

Mas define-se aí que o dinheiro é canalizado para financiar projeto e, prioritariamente para “iniciativas concretas relacionadas com sustentabilidade, nomeadamente projetos de natureza social, educativa, ambiental na área da saúde ou do desenvolvimento regional.”

Há mais uma vantagem neste acordo. As rendas são pagas em Abril e dizem respeito ao ano anterior. Pois daqui a dois meses já vamos receber e pelas novas regras porque a EDP concordou pagar já 2011 por esses valores.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

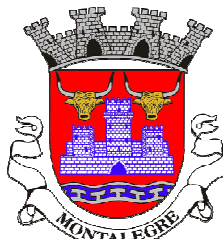
Não nos saiu o euromilhões.

Ganhamos uma batalha. E a guerra continua. A nossa determinação em corrigir os desequilíbrios e as injustiças praticadas com o interior e o mundo rural não acabou aqui.

Um concelho que dá de IVA ao Estado cerca de 40 milhões de euros de venda de energia hídrica e eólica não pode continuar com 50% do poder de compra nacional.

Um concelho onde há meia dúzia de empresas que faturam 200 milhões de euros/ano sem pagar matéria prima devia ser um concelho rico e com emprego.

O país ficou escandalizado e bem, por ver um senhor dos supermercados (daqueles que enriquecem à custa do salário de 450 euros pagos aos seus trabalhadores) levar a sede da sua empresa para a Holanda para pagar lá os impostos dos lucros que gera em Portugal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

Pois nós, os Barrosões, os amigos do interior e do mundo rural, os amigos do Portugal solidário e do desenvolvimento harmonioso do país, também estamos escandalizados porque as empresas que enriquecem no interior, que tem os lucros gerados na nossa terra, também pagam impostos não em Montalegre... mas em Lisboa.

E são estas batalhas que exigem a mesma determinação de sempre, que é preciso continuar.

E nós cá estamos para ajudar, nestas e noutras. E não tenho dúvidas que, para além do meu mandato, o meu substituto estará à altura e fará o que fez o substituto do Dr. Pires.

Mas também não nos saiu o euromilhões para pensarmos que somos ricos e começar a esbanjar dinheiro. Mantém-se o rigor e a austeridade.

Nesta altura as contas da Câmara referem 1.200 mil euros a prazo e 800 mil euros à ordem. Temos 1 milhão de euros de faturas pagas para sermos reembolsados pelos fundos comunitários. E não devemos nada a mais de 60 dias nem às Águas de Portugal nem aos resíduos sólidos.

O que vamos receber, fica aquém do que merecíamos, mas é muito bom, sobretudo em tempo de crise e vai aumentar este mealheiro que ronda os 3 milhões de euros.

E quero dizer-vos, com clareza, para onde vai esse dinheiro. As próximas três prestações servirão para fazer a estrada para Chaves/A24 e a de Salto a Cabeceiras/A7. São as obras mais importantes que temos para fazer. Servem para todos. É o investimento que mais impacto tem na economia e na criação de riqueza e emprego na região.

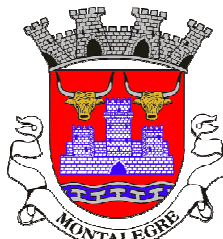
Claro que as freguesias com terrenos inundados têm a legítima expectativa de beneficiar destes fundos. Mas ao aplicar estas verbas nas obras que referi teremos outros recursos próprios disponíveis para fazer investimento, muito investimento, nessas e noutras freguesias.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Tínhamos um acordo com a EDP, relativamente a compensações de Venda Nova II que vai financiar projetos até 1,5 milhões de euros. Temos agora mais esta pequena gentileza da EDP. E quero, por isso, agradecer à administração da empresa. A EDP esteve sempre disponível para dialogar, mesmo quando nós criticávamos. E é pena que a EDP não continue a ter um quinhão público onde todos os portugueses se pudessem rever. Mas a empresa saberá, certamente, respeitar a sua história e manter a preocupação e a intervenção no domínio sócio-económico das regiões onde está inserida.

Quero agradecer à comunicação social. Há alguns sectores que casam com os interesses ideológicos e dos grandes grupos económicos. Mas a sua maior parte cumpre escrupulosamente o seu dever. E neste caso cumpriu bem e ajudou-nos muito.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

Agradecer à ANMP e ao seu Secretário-Geral, o Eng.º Artur Trindade que, com grande competência, como sempre, deu o safanão necessário para se chegar aqui.

Ao meu colega Dr. Domingos Dias, de Vila Pouca de Aguiar, que presidia à direção onde eu estava, na secção dos municípios com barragens que, apesar de ainda não ter barragens, compreendeu depressa as reservas que eu coloquei à sua construção no Alto Tâmega, que ficou também como eu um homem das barragens, e que conseguiu um compromisso político partidário decisivo.

E, finalmente, dizer, com toda a franqueza, que este Governo fez o que os outros não fizeram.

Seria injusto nesta altura se eu não dissesse que continuei um trabalho iniciado com o Dr. Pires. E que o que nos inspira é a história, por isso, fica aqui a minha homenagem a alguém que teve grande sucesso jurídico no país na altura e conseguiu meios importantes para a época, ganhando também aos poderosos, ao ver o tribunal dar-lhe razão na ação que interpôs contra a HICA, o Dr. João Canedo.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Quero dizer-vos, finalmente, que esta é uma pequena vitória do trabalho e da continuidade. Mas continuamos a ter muitas para conquistar.

É uma vitória de todos os Barrosões, daqueles que me apoiaram, que me ajudaram e daqueles que me deram o prazer e o orgulho de ao longo destes anos os representar e de poder ser o “presidente de todos os Barrosões”.

Montalegre, 29 Fevereiro 2012

O Presidente da Câmara

Fernando Rodrigues